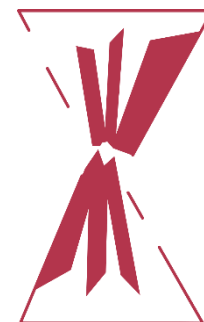


Dom Máximo Biennés, um bispo da fronteira nos arquivos da Comunidade de Informações (1971-1990)

Dom Máximo Biennés, a frontier bishop in the archives of the Intelligence Community (1971-1990)



SILVA, Alécio Gonçalves da*

 <https://orcid.org/0000-0001-5003-6835>

RESUMO: Este trabalho busca analisar a atuação de Dom Máximo Biennés, bispo da Diocese de São Luiz de Cáceres, em Mato Grosso, em contraste com os interesses da Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985) a partir de documentações produzidas pelos órgãos da Comunidade de Informações, originadas no regime, e disponibilizadas no Sistema de Informação do *Arquivo Nacional*. Buscamos evidenciar as complexidades nas relações da Igreja Católica com a Ditadura, bem como a institucionalização da vigilância estatal sobre as figuras eclesásticas, e, assim, desvelar as atividades dos órgãos de inteligência e repressão no interior do país, em específico numa zona fronteira que se tornou área de interesse da segurança nacional, como também trazer à lume as atividades do bispo católico no período.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar; Diocese de São Luiz de Cáceres; Dom Máximo Biennés; Comunidade de Informações.

ABSTRACT: This work seeks to analyze the role of Dom Máximo Biennés, bishop of the Diocese of São Luiz de Cáceres in Mato Grosso, in contrast with the interests of the Corporate-Military Dictatorship (1964-1985). The analysis is based on documents produced by agencies of the Intelligence Community, which originated during the regime and are available through the National Archives Information System. We aim to highlight the complexities in the relations between the Catholic Church and the Dictatorship, as well as the institutionalization of state surveillance over ecclesiastical figures. In doing so, we seek to unveil the activities of the intelligence and repression agencies in the interior of the country — specifically in a border region that became an area of interest for national security — and to bring to light the Catholic bishop's activities during this period.

KEYWORDS: Military Dictatorship; Diocese of São Luiz de Cáceres; Dom Máximo Biennés; Information Community.

Recebido em: 18/04/2025

Aceito em: 30/06/2026

* Mestre em História pela UFGD, Dourados-MS. Professor da rede pública estadual de Mato Grosso. E-mail: alecio.goncalves@edu.mt.gov.br



Introdução

Poucas figuras marcaram tanto a história de Cáceres, cidade localizada no sudoeste do estado de Mato Grosso, região do Pantanal Norte e área de fronteira do Brasil com a Bolívia, quanto a do religioso da Terceira Ordem Regular de São Francisco, Max André Paul Gaston Biennés (1921-2007). Naturalizado como “Máximo”, seu corpo repousa sob a imagem de São Francisco de Assis, no interior da Catedral São Luiz de França, em Cáceres.

Nascido em 29 de julho de 1921, em Albi, província de Tarn, na França, Máximo Biennés, ainda jovem e aspirante a religioso franciscano, vivenciou a ocupação de seu país pelas tropas nazistas (1940-1944). Deportado com outros franceses em 1943 para campos de trabalho forçado na Alemanha, foi libertado apenas após o avanço das forças Aliadas, em abril de 1945 (Biennés, 1987, 1994; Silva; Nascimento, 2004).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em 1948, já sagrado clérigo da Terceira Ordem, frei Máximo desembarcou no Brasil, mais precisamente em Guajará-Mirim, cidadela do então Território Federal do Guaporé, como parte da missão franciscana francesa, que desde 1905 fazia-se presente no oeste brasileiro. Nas confluências dos rios Guaporé e Madeira, durante quase uma década, atuou na evangelização de indígenas, ribeirinhos e seringueiros, fato que deixou registrado em seus escritos, imprimindo neles uma visão consternada acerca das explorações, violências, conflitos e desmandos da região.

Conterrâneo de Biennés e confrade de ordem religiosa, Dom Luís Maria Galibert (1878-1965) se afastou das funções de bispo da Diocese de São Luiz de Cáceres, tornando-se emérito em 1954. Frei Máximo foi então escolhido como o administrador apostólico da imensa circunscrição eclesial, assumindo tal cargo no início de 1955. No final de 1967, gerenciando a Diocese havia doze anos, Máximo Biennés foi nomeado bispo pelo papa Paulo VI, com sua sagração episcopal em fevereiro de 1968, exercendo a função até dezembro de 1991.

Assim sendo, a administração e o episcopado de Dom Máximo Biennés, segundo bispo efetivo da Diocese de Cáceres, abarcam uma complexa conjuntura histórica da região e do país. Neste texto, enfocaremos a atuação do bispo no contexto da Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985), final dos anos 1980 e início de 1990. Para tal, utilizaremos o recorte

cronológico evidenciado em documentações da Comunidade de Informações¹, disponibilizados pelo projeto “Memórias Reveladas”², no Sistema de Informação do *Arquivo Nacional* (SIAN), cuja cronologia referenciando Dom Máximo e outros religiosos em relatórios confidenciais se dá entre 1971 e 1990, bem como em conjunto com outras fontes disponíveis, a exemplo dos próprios escritos do bispo,³ sua biografia, periódicos e demais produções.

No período da liderança do religioso frente à Diocese de Cáceres, eventos substanciais se configuraram no seio da Igreja Católica e do país: o Concílio Vaticano II (1962-1965); as Conferências do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968) e Puebla (1979). A isso se soma o golpe civil-militar em 1964, que depôs o presidente João Goulart e implantou um regime autoritário por 21 anos, e o crescimento demográfico de Mato Grosso e de Cáceres, proporcionado pelas levas de migração do sul e sudeste nos projetos de colonização da ditadura. Essas conjunturas refletiriam sobremaneira na forma como o bispo conduziria sua Diocese e o faria ser alvo dos órgãos de monitoramento e espionagem do regime, que viam com apreensão a atuação de religiosos, sobretudo os católicos e de origem estrangeira.

¹ Conforme o historiador Paulo César Gomes (2014, p. 98), “Comunidade de Informações” é a denominação do conjunto de órgãos de informações civis e militares em funcionamento no período da ditadura militar. Principalmente a partir de 1970 com a criação do Sistema Nacional de Informações (SISNI), estruturou-se uma teia nacional de espionagem com capilaridade em todo o território nacional formada por diferentes órgãos, setores e instituições. Faziam parte da rede interligada da Comunidade de Informações cerca de 16 órgãos especializados, dos quais a centralização cabia ao Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em junho de 1964, poucos meses após a concretização do golpe.

² O projeto “Memórias Reveladas” teve início em 2005, quando foi aprovada a transferência para o *Arquivo Nacional* dos acervos dos extintos Conselho de Segurança Nacional, Comissão Geral de Investigações e Serviço Nacional de Informações (SNI), até então sob custódia da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O acervo foi digitalizado e disponibilizado ao público a partir de 2008. Os trabalhos de catalogação, digitalização e disponibilização dos documentos continuam a ser realizados até o presente momento. (Cf.: Memórias Reveladas. Disponível em: <http://antigo.memoriasreveladas.gov.br/index.php/institucional>. Acesso: 21 mar. 2025.

³ Dom Máximo Biennés possui ao todo três livros de sua autoria publicados entre o final dos anos 1980 e início dos anos 2000, nos quais trata de episódios históricos da Igreja Católica na região de Cáceres, da ordem religiosa franciscana e de vivências pessoais correlacionadas a estas. Apesar de em alguns momentos apresentar um tom biográfico em suas obras, é nítido que Dom Máximo buscou realizar uma narrativa de cunho histórico em caráter cronístico. Conforme Gonçalves & Silveira (2021), escritos como esses nos informam sobre as circunstâncias históricas, políticas, culturais e sociais de uma época, tanto quanto sobre as singularidades de uma vida privada. Mais que obras literárias ou biográficas, são fontes de informação e memória que neste trabalho tomamos enquanto parte do conjunto referencial na tentativa de conjecturar o período e os personagens analisados.

Aspectos da Ditadura Empresarial-Militar em Cáceres

Segundo o historiador Osvaldo Zorzato (1998, p. 138), com a concretização do golpe de 1964 e a instauração do regime militar os segmentos dominantes de Mato Grosso, boa parte deles grandes proprietários rurais, suspiraram aliviados diante do afastamento do que viam como ameaça comunista. Nas mais de duas décadas do regime a modernização da infraestrutura, o deslocamento da reforma agrária para a colonização e ocupação da Amazônia Legal, além de outras medidas adotadas pelos militares não só se ajustaram às reivindicações econômicas e políticas das elites locais, como também permitiram que se propagassem no campo simbólico imagens mistificadoras em nome do desenvolvimento e da segurança nacional.

Em 1964, com o golpe civil-militar e a deposição de Jango – apelido pelo qual João Goulart era conhecido –, de imediato, poucas coisas em termos políticos e administrativos se alteraram em Mato Grosso. Em Cáceres, de acordo com documentações e fontes disponíveis, constata-se apenas a prisão de alguns indivíduos, levados ao quartel do exército para interrogatórios;⁴ minoritárias mudanças partidárias para evitar cassação⁵ e pequenas intervenções no cotidiano local em nome de uma suposta cruzada anticomunista.⁶ Não houve, de imediato, alterações no comando político do Executivo estadual ou municipal.

No tocante à Diocese de São Luiz de Cáceres, àquele momento sob a administração apostólica do franciscano Máximo Biennés, ao que tudo indica, houve certa apatia diante dos fatos e da instauração do novo regime. Apesar de registros indicarem marchas lideradas por mulheres católicas contra Jango, e mesmo de naquela conjuntura haver um importante papel

⁴ Ao menos seis indivíduos foram levados ao quartel do exército localizado em Cáceres, em 10 de abril de 1964, como parte das medidas tomadas no pós-golpe. Em sua maioria, estrangeiros de países da América do Sul residentes na cidade. De acordo com o ofício n.º 97 de 26/04/1964 da 9ª Região Militar, que nos dá conta dessas detenções, os seis foram liberados no mesmo dia. Não há informação se responderam a Inquéritos Policiais Militares (IPM).

⁵ Walter Fernandes Fidelis Neto, o único vereador de Cáceres na legislatura 1963-1966 pertencente ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o mesmo de João Goulart, alertado por militares após o golpe de 1964, desfilou-se rapidamente da sigla temendo ser cassado ou sofrer represálias. (Cf.: Fidelis, 2019; Costa, 2021).

⁶ Militares se dirigiram à sede da União Operária Cacerense (UOC), grêmio recreativo fundado em 1947 e que congregava trabalhadores autônomos como pedreiros, sapateiros, carpinteiros e outros. O termo “operária”, remetendo, na lógica anticomunista, às organizações da esquerda. Como medida, a entidade foi temporariamente desativada, tendo sido reaberta alguns anos depois, principalmente por vários de seus membros serem ex-militares. (Cf.: Gonçalves; Sá; Siqueira, 2007, p. 59-60; Costa, 2022).

da Igreja no discurso anticomunista, não é inteiramente desproporcional supormos que frei Máximo, assim como outros religiosos estrangeiros, tenha assistido aos eventos do golpe civil-militar de maneira indiferente, vendo na mudança de governo por meio de uma quartelada apenas uma expressão da crítica política interna das jovens repúblicas latino-americanas, entendimento que mudaria nos anos seguintes.

Conforme o memorialista Natalino Ferreira Mendes (2010, p. 25), a presença das Forças Armadas em Cáceres é paralela ao seu próprio surgimento. O núcleo que originou a cidade no final do século XVIII nasceu da visão administrativa e política de oficiais militares lusitanos com o intuito de servir como entreposto de ocupação e demarcação da fronteira oeste da América portuguesa. Ainda de acordo com Mendes (2010, p. 15), na década de 1960 o município de Cáceres contava com pouco mais de oitenta mil habitantes, destacando-se no período como um dos maiores e mais importantes polos econômicos e populacionais do estado de Mato Grosso.

Fato importante, e ainda pouco estudado, ocasionado pelo regime militar na cidade de Cáceres, foi a definição do município enquanto “área de interesse da segurança nacional”. Em março de 1967 o Decreto-Lei nº 314 instaurou a primeira Lei de Segurança Nacional própria do regime. Em suas disposições preliminares definia a Segurança Nacional como toda a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto externos como internos, e previa que todo cidadão era responsável pela segurança nacional.

Pouco mais de um ano, em junho de 1968, a Lei nº 5.449 definiu de “interesse da segurança nacional” municípios considerados estratégicos do ponto de vista da soberania nacional, em grande medida localizados em áreas de fronteira. Em Mato Grosso, dez cidades integraram a lista e passaram a estar diretamente sob intervenção política/administrativa do regime, não possuindo câmaras de vereadores e sendo os prefeitos e vices indicados pelo governo estadual com a prévia chancela da presidência da república. Desses municípios, oito localizam-se no atual estado de Mato Grosso do Sul, e dois em Mato Grosso, sendo esses os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade e Cáceres, ambos pertencentes à Diocese, sediada nesta última. A intervenção só seria revogada no final de 1984.

O episcopado católico sob o Sistema Nacional de Informações

No golpe civil-militar de 1964 os laços entre a Igreja Católica e as Forças Armadas pareciam mais sólidos do que nunca. Para ambos, a deposição de João Goulart era vista como necessária para preservar os preceitos cristãos e proteger o país do que consideravam uma ameaça comunista (Fico, 2014, p. 60-61). Entretanto, através de inesperados fatos no decorrer do tempo, a aliança entre os que rezam e os que lutam começou a ser desfeita. Conforme o historiador Paulo César Gomes (2014, p. 13-14), não podemos, ainda assim, pensar em uma homogeneidade na atuação dos religiosos católicos durante a ditadura, nem mesmo entre os considerados progressistas. Para o autor, há, desde algumas décadas, uma bibliografia sólida referente à atuação da Igreja Católica no Brasil em oposição ao regime autoritário (1964-1985), especialmente a partir da década de 1970. Com o endurecimento do regime após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968, as igrejas tornaram-se um dos poucos espaços onde era possível exercer uma resistência democrática;

Mesmo que os religiosos, principalmente os bispos, passassem a ser extremamente visados pelo Sistema de Informações, estes dificilmente podiam ser tratados pelos militares da mesma maneira que os outros “inimigos”, já que contavam com o prestígio natural de suas posições e a proteção da instituição eclesial.

Criado dois meses após o golpe de 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI) tornou-se o principal responsável pela condução da Comunidade de Informações, que tinha como papel nutrir o regime de dados e análises sobre todo e qualquer potencial inimigo interno e externo, e era composto por uma gama de órgãos, departamentos, recurso e pessoal. Ainda que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e alguns clérigos tenham sido alvo de monitoramento pela organização pelos menos desde 1966,⁷ é a partir dos anos 1970 que os órgãos de inteligência passaram a se dedicar de sobremaneira a tarefa de vigiar, analisar e produzir relatórios sobre a atuação dos bispos católicos; resultado de

⁷ Em pesquisas no Sistema de Informações do *Arquivo Nacional* (SIAN), a CNBB e bispos como Dom Hélder Câmara constam em papéis, especialmente das Divisões de Segurança, desde a instauração do regime em 1964. Entretanto, com o recrudescimento das ações ditatoriais como a supressão das eleições diretas (1965-1966) e o consequente aumento das críticas, a Comunidade de Informações passou, progressivamente, a dar mais atenção às ações do clero católico, como as falas dirigidas à imprensa.

acontecimentos políticos e questões internas da Igreja que afetaram a atuação dos religiosos e da CNBB, forçando-os a tomar posições contrastantes à ditadura.

Em meados de 1968, contando com a presença de Dom Máximo Biennés, foi realizada na cidade de Medellín, na Colômbia, a segunda Assembleia Geral da Conferência Episcopal Latino-americana e Caribenha (CELAM). Na oportunidade, os bispos elaboraram o “Documento de Medellín” em que condenaram a violência na América Latina e pediram justiça social. As convergências da conferência lançaram a Teologia da Libertação no continente (Gomes, 2014, p. 49).

No final daquele ano de 1968, no Brasil, a ditadura imporia o AI-5, suprimindo direitos e escalonando o autoritarismo a proporções inimagináveis. Em resposta, a CNBB, no início de 1969, divulgou um cauteloso texto em defesa dos Direitos Humanos e das liberdades individuais, e no ano seguinte, 1970, a XI Assembleia Geral da CNBB lançou um documento ainda mais enfático criticando contundentemente as arbitrariedades do regime e, pela primeira vez, denunciando abertamente a prática da tortura pelos militares (Gomes, 2014, p. 49-55). À vista disso, é a partir desse contexto do início da década de 1970 que Dom Máximo Biennés e demais bispos passaram a figurar entre os alvos da Comunidade de Informações. O acirramento das posições entre a Igreja e a ditadura conduziram os órgãos estatais de vigilância a terem uma preocupação a mais com a atuação do clero na conjuntura, vistos como potenciais inimigos ou ainda instigadores do povo contra o governo.

Outra situação ainda despertaria o Serviço Nacional de Informações (SNI) contra os bispos católicos. Em março de 1971, a casa militar da presidência da república, chefiada à época pelo general João Batista Figueiredo, recebeu uma carta-denúncia de um membro do clero, o padre João Carlos Bezerril,⁸ acusando a instituição brasileira, da qual fazia parte, de estar dominada por clérigos estrangeiros, e assim pedia ajuda do governo militar para “nacionalizar” a Igreja no Brasil (Bezerril, 10 mar. 1971. *In* SNI, 22 mar. 1971). O general Figueiredo remeteu o conteúdo da carta ao SNI que, de imediato, solicitou às suas agências

⁸ Não conseguimos angariar informações a respeito da biografia do clérigo. Entretanto, em pesquisas em acervos online, localizamos um cônego com o mesmo nome pertencente a uma paróquia dedicada a Santa Rita de Cássia na cidade do Rio de Janeiro no mesmo período da carta remetida ao governo militar.

estaduais e aos demais órgãos da Comunidade de Informações, de forma confidencial, o “levantamento de padres estrangeiros na área; influências por eles exercidas; e outros dados julgados úteis” (SNI/AC., 31 mar. 1971).

A agência do SNI em Mato Grosso, sediada em Campo Grande, respondeu à solicitação em setembro de 1971 enumerando, por nacionalidade, todos os religiosos católicos estrangeiros presentes no estado. Na jurisdição da Diocese de Cáceres apontou-se um total de seis clérigos; um dos quais, o bispo Dom Máximo Biennés, de nacionalidade francesa. No tocante à influência por eles exercida não houve menção nesse primeiro documento (SNI/ACG., 03 set. 1971).

Os adidos do Araguaia e a ação episcopal

Dois anos após a denúncia aos militares, feita pelo padre Bezerril, em agosto de 1973, conflitos entre religiosos da Prelazia de São Félix do Araguaia, em defesa de posseiros contra grandes latifundiários, e as forças do Estado ditatorial, forçaram Dom Máximo e os demais bispos do Centro-Oeste a tomarem posições mais enfáticas contra as ações arbitrárias do regime. Marcada por uma série de conflitos agrários, a região dessa prelazia, no nordeste de Mato Grosso, liderada por Dom Pedro Casaldáliga – visto pela ditadura como um dos principais bispos “radicais”⁹ –, enfrentava, no início da década de 1970, uma cruzada repressiva por parte de fazendeiros, empresas privadas de colonização e forças policiais.

No ano de 1973, lideranças da luta pela posse da terra para a população camponesa, entre eles o padre francês Francisco Jentel, foram presas, sendo ele condenado a 10 anos de prisão e, posteriormente, expulso do país por supostos crimes contra a segurança nacional. A notícia repercutiu no seio da Igreja Católica e da sociedade, despertando protestos e críticas no Brasil e no exterior. No início do mês de agosto desse ano, Dom Máximo Biennés, junto à Dom Teodardo Leitz, bispo de Dourados; Dom Osório Stoffel, de Rondonópolis; e Dom Antônio

⁹ Dom Pedro Casaldáliga é um dos bispos católicos que mais figura em documentos produzidos pelos órgãos de informação da ditadura militar brasileira. Especialmente após a publicação da carta pastoral “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social” em 1971. Em geral, o bispo é caracterizado com o adjetivo de “radical” além de outros jargões pejorativos relacionados a pretensa narrativa de subversão contra o regime.

Barbosa, de Campo Grande – consternados –, enviaram uma carta a Dom Pedro Casaldáliga, bispo prelado de São Félix, se solidarizando com os ocorridos (Biennés *et al.*, 02 ago. 1973. *In* SNI, 21 ago. 1973). Em Campo Grande, Dom Máximo visitou, junto aos demais bispos, os prisioneiros, entre eles o padre Francisco Jentel, cujas marcas das sessões de torturas eram visíveis em seus corpos.

Cerca de dois dias após remeterem a carta e visitarem os detentos, Dom Antônio e Dom Máximo encaminharam uma outra missiva contundente; essa ao general Tasso Villar de Aquino, então comandante da 9ª Região Militar, sediada em Campo Grande, acerca dos prisioneiros “adidos à prelazia de São Félix”. Nela, os bispos clamaram para que, nos interrogatórios, não se renovasse “o uso de expedientes inumanos, como os choques elétricos” (Biennés; Barbosa, 04 ago. 1973. *In* SNI, 21 ago. 1973). No dia oito de agosto, quatro dias depois, o general Aquino, em carta-resposta, enfatizou que apuraria as denúncias de tortura apontada pelos episcopos e que aplicaria sanções aos responsáveis (Aquino, 08 ago. 1973. *In* SNI, 21 ago. 1973).

Na carta ao comandante da 9ª Região Militar, Dom Antônio e Dom Máximo buscaram deixar nítido o caráter religioso de suas ações de apoio aos presos. Dom Antônio, em diligência posterior à CNBB, presidida pelo cardeal Dom Aloísio Lorscheider, explanou que sempre buscava a orientação de um advogado para se dirigir às autoridades militares, assim como revelou a Dom Aloísio que as angústias o faziam andar cheio de cuidados (Barbosa, 10 ago. 1973. *In* SNI, 21 ago. 1973).

No texto assinado pelos bispos de Campo Grande e de Cáceres ao general, é de se notar o esforço narrativo para explicitar ao militar que suas posições tinham por essência princípios evangélicos. Justificaram a visita aos detidos com a passagem do evangelho de Mateus (Mt 25, 36): “Estava no cárcere e a mim viestes ver”, e apelaram contra as torturas aos “sentimentos de cristão e patriota” do general, além do respeito à dignidade humana e ao alto conceito da pátria e das autoridades militares (Biennés; Barbosa, 04 ago. 1973. *In* SNI, 21 ago. 1973).

Este episódio de comunicação e tentativa de intercessão pelos presos políticos nos revela a complexidade das relações entre a Igreja e a ditadura que em nenhum momento

reduziram-se exclusivamente a um dualismo: resistência *versus* opressão. Apesar das contestações que se avolumaram a partir dos anos 1970, houve muitas ocasiões em que ocorreram movimentos de aproximação e tentativas de diálogo (Gomes, 2014, p. 136). Diversas eram as questões que particularizavam o posicionamento dos bispos face aos militares.

Meses antes do caso do padre Jentel, no início daquele ano de 1973, a agência do Serviço Nacional de Informação (SNI), em Mato Grosso, concluiu seu primeiro relatório categórico, atendendo a solicitação anterior da agência central, intitulado “Correntes e Linhas do Clero”. Nele, Dom Máximo Biennés foi classificado enquanto “reformista pastoralista”, uma categoria que, conforme o documento, migraria entre os progressistas e os conservadores, orientando-se pela conferência de Medellín e pelo Concílio Vaticano II, que tendia para o progressismo, ainda que, em algumas circunstâncias, optassem pelo diálogo com as autoridades constituídas (SNI/ACG., 12 jan. 1973).

Mesmo não participando diretamente das atividades do Concílio Vaticano II (1962-1965), por ainda não ser bispo na ocasião, Dom Máximo buscou pôr em prática as novas determinações, assim como já sagrado epíscopo, envolveu-se diretamente nos trabalhos das conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979), nas quais defendeu posições como a participação leiga, e delas extraiu princípios para sua própria atuação, bem como do modelo pastoral de sua Diocese, implantando nela ações e projetos concebidos como uma resposta a realidade socioeconômica do Brasil e do oeste mato-grossense.

Y-Juca-Pirama: Dom Máximo Biennés e a questão indígena na ditadura

A partir, principalmente, da década de 1970, a ação de religiosos no meio rural passou a ser um dos mais importantes temas de vigilância por parte da Comunidade de Informações. Isso por conta do temor de reedições da guerrilha do Araguaia e, sobretudo, porque no período do “milagre econômico”, o financiamento e o avanço sistemático sobre as áreas “despovoadas” da Amazônia, ampliaram os conflitos e o extermínio de população indígenas; assim como a exploração de trabalhadores e pequenos lavradores, o que se tornou foco de críticas e denúncias por parte do clero católico. Nesse contexto, a Conferência Nacional dos

Bispos do Brasil (CNBB) consolidou-se como um dos únicos canais possíveis de se recorrer, com alguma liberdade, para se opor ao Estado ditatorial. Diante disso, a defesa dos Direitos Humanos, a crítica a exploração dos trabalhadores, os problemas fundiários e as questões indígenas configuraram-se como a base na qual se assentou a oposição de grande parte do episcopado ao regime (Gomes, 2014, p. 157).

Dom Máximo Biennés, em seus livros *Uma Igreja na Fronteira* (1987) e *Missão Franciscana na Fronteira* (1994) registrou sua vivência no Brasil com esses graves problemas sociais. Ainda no final da década de 1940 e início de 1950, enquanto missionário na Prelazia de Guajará-Mirim, teve intenso contato com populações indígenas e ribeirinhas, com as quais tentava desenvolver trabalhos de catequização. Entretanto, explanou pesaroso em seus textos as violências e explorações que essas populações sofriam por parte dos latifundiários da região e a apatia do Estado diante da situação. No território da Diocese de Cáceres registrou conflitos agrários perceptíveis desde a sua posse como administrador apostólico, no ano de 1955. Fato que se agravou no decorrer dos anos enquanto resultado das políticas desenvolvimentistas e de estímulo a colonização dos territórios ao norte do país.

Assim sendo, no ano de 1973, a Declaração Universal dos Direitos Humanos completou seu 25º aniversário. Na XIII Assembleia Geral da CNBB, realizada naquele ano, os bispos teceram duras críticas à espoliação do povo em face do desenvolvimento econômico vivenciado, questionando a quem, de fato, o crescimento forjado da economia brasileira beneficiava.

No natal de 1973, um grupo de nove bispos e alguns religiosos, entre os quais estavam Dom Máximo Biennés e Dom Pedro Casaldáliga – os únicos bispos de Mato Grosso –, assinaram um manifesto de “urgência sobre a dramática condição dos povos indígenas do Brasil”, intitulado *Y-Juca-Pirama – O índio: aquele que deve morrer*. Com cerca de trinta páginas e com o nome inspirado na obra indianista de Gonçalves Dias, ele fazia uma contundente denúncia sobre a violação de direitos, como expropriação de terras, propagação de doenças, trabalho análogo à escravidão e existência de conflitos violentos que ceifavam a vida dos povos originários. As principais causas desses acontecimentos, conforme o texto, seria a abertura de rodovias federais na região amazônica, impulsionada pela colonização; e a

própria inação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sob controle dos militares, com sua política indigenista “carente de qualquer mérito e um amontoado de contradições” (Biennés *et al.*, 25 dez. 1973, p. 02).

Os religiosos que assinam o manifesto enfatizaram positivamente a ação da Igreja em favor dos povos indígenas, como com a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 1972, e os encontros ecumênicos. Todavia, enxergavam apenas na atuação do Estado a resolução dos problemas, cobrando através dele uma ação urgente do governo. Esse documento causou impacto imediato no governo de Emílio Garrastazu Médici, que havia sancionado dias antes a Lei nº 6.001/73, conhecida como “Estatuto do Índio”. Apesar de estabelecer o direito à demarcação e posse das terras pelos indígenas, poucas foram as mudanças concretas trazidas pelo texto no decorrer do regime; sendo sua aprovação comprovadamente entendida como uma tentativa de afastar as acusações de genocídio contra os povos indígenas (Westin, 2023). Além de que, Médici havia vetado um trecho que autorizaria missões religiosas entre os indígenas, alegando a falta de poder jurídico de tais entidades.

Segundo o pesquisador Paulo César Gomes (2014, p. 135), um aspecto importante seguido de perto pela Comunidade de Informações foi a publicação de obras e documentos por parte dos religiosos. Os textos davam conta dos rumos que a instituição pretendia tomar, revelavam informações e tinham a característica de se espalharem rapidamente pelo país e no exterior. Por ser um produto eclesial, a censura tinha muito mais dificuldade em impedir sua circulação ou simplesmente apreender o material. Além disso, os religiosos aprenderam rapidamente a importância dos meios de comunicação alternativos e a necessidade de contato com instituições no exterior para criticar o autoritarismo e denunciar os problemas sociais e políticos do Brasil, o que forçava a tomada de medidas no mínimo mitigadoras pelo governo.

Com a publicização de *Y-Juca-Pirama – O índio: aquele que deve morrer*, a imprensa, mesmo cerceada, ao longo de 1974, estampou a crítica dos religiosos às políticas indigenistas e desenvolvimentistas do regime. Vários periódicos estrangeiros também deram destaque às denúncias enfatizando a violência sofrida pelos indígenas em razão da abertura de estradas e

a ocupação da Amazônia, cujos recortes encontram-se em uma série de relatórios elaborados pela Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça (DSI/MJ) e pelo Serviço Nacional de Informação (SNI).

De acordo com a análise da DSI/MJ remetida aos outros órgãos da inteligência, o manifesto se tratava de obra “de um grupo do chamado clero ‘progressista’ caracterizado pela nítida posição antirrevolução e bastante vinculado e comprometido com a subversão marxista-leninista” (DSI/MJ., 27 maio 1974). A prova de sua “coloração subversiva” seria o destaque de um trecho no qual os religiosos teceram uma crítica a própria prática de catequização usada pela Igreja durante séculos, o que, conforme o manifesto, exigia da instituição uma nova tática respeitosa aos indígenas e suas crenças, valorizando suas culturas (DSI/MJ, 16 set. 1974).

Ainda conforme a DSI, a ação dos religiosos visava munir uma campanha geral de difamação do Brasil no exterior, buscando fomentar uma atitude “anti-Brasil”. O grande objetivo seria “desmerecer o governo da revolução [de 1964] e criar na população condições de sensibilidade para uma tomada de posição antirrevolucionária” (DSI/MJ, 16 set. 1974). Como medida, o relatório sugeriu a interrupção de qualquer impressão ou divulgação do manifesto, bem como maior controle da censura na imprensa para evitar qualquer notícia sobre irregularidades, violência ou maus-tratos aos indígenas.

Para o historiador Aloysio de Carvalho (2023, p. 79), o sistema de informações e contrainformações da ditadura tinha por função fornecer os elementos informativos necessários não só para um diagnóstico ágil e preciso das pretensas ameaças a estabilidade do regime, como também para a formulação das estratégias e ações repressivas. Como uma espécie de resposta a isso, o manifesto *Y-Juca-Pirama – O índio: aquele que deve morrer* inseriu-se justamente na fase de recrudescimento ideológico do autoritarismo, no qual os órgãos de informação expandiram ainda mais suas influências no intuito de definir ações de coerção e controle justificadas pela suposta segurança nacional (Carvalho, 2023, p. 181).

A partir desse momento é possível perceber que o levantamento de informações e a produção de conhecimento sobre os religiosos, especialmente os bispos, vistos como possíveis inimigos internos, passou a ter como objetivo principal diagnosticar, de modo geral,

a influência que estes poderiam exercer no campo político interno e externo, e, principalmente, na opinião pública.

É nesse sentido que o relatório periódico de informações do II Exército, em maio de 1974, difundiu aos outros núcleos informações a respeito de Dom Máximo Biennés, que, segundo consta, teria expressado a particulares, seu rompimento com todas as estruturas sociais considerando-se amordaçado pelos militares, cujo governo em nada amparava a região de sua Diocese, tal qual o restante do estado e do país (II Exército, 20 maio 1974, p. 18). Esse documento ainda apontou possíveis ligações do religioso com instituições da França, seu país de origem. E em solicitação à agência de inteligência do quartel do exército em Cáceres, este acrescentou que Dom Máximo não tinha “penetração popular” na região, como também nunca comparecia a nenhum ato cívico ou social nos municípios da Diocese, mesmo convidado (II Exército, 20 maio de 1974, p. 18).

Na biografia sobre Dom Máximo, as escritoras Marta Silva e Eliane Nascimento (2004, p. 10) relatam que o bispo não gostava de ocupar manchetes de jornais, aparecer na televisão ou falar às rádios, preferindo estar junto ao povo. Fato que se correlaciona com o informe do exército e que certamente contribuiu para a definição do perfil do religioso junto aos órgãos de vigilância.

Para o Serviço Nacional de Informações (SNI), o grande caso de bispos, figuras da alta hierarquia católica, metidos em questões políticas e de crítica às autoridades e medidas estatais, era fruto das transformações diversas ocorridas no seio da Igreja em meados do século XX, principalmente sob os pontificados de João XXIII e Paulo VI, responsáveis, entre outras coisas, pelo Concílio Vaticano II e uma série de encíclicas de caráter social, conforme o SNI, interpretadas por clérigos “adeptos da tese do progressismo (também forma eufêmica de marxismo) como agregador de soluções socialistas” (SNI/AC., 24 set. 1974). Apesar de objetivamente não classificarem os pontífices como “comunistas” ou algo do tipo, anos depois, com a eleição e o papado de João Paulo II, os órgãos de informação difundiram, entusiasticamente, análises exultantes com as medidas do novo papa, consideradas “saneadoras” do clero brasileiro, como a coibição a Teologia da Libertação, a sagração de

bispos conservadores e a punição de clérigos contrários às determinações da Santa Sé (DI/SAE., 24 ago. 1990).

A Diocese de Cáceres e a luta pela terra na região oeste de Mato Grosso

No livro *Uma Igreja na fronteira* (1987), Dom Máximo Biennés registrou mais de cinquenta áreas de conflitos agrários dentro da jurisdição da Diocese de Cáceres. Em sua maioria, iniciados ao longo da década de 1970 e 1980 e que tinham como origem a ocupação das glebas do município por migrantes pobres oriundos das mais diferentes regiões do país.

Para Dom Máximo (1987, p. 212-213), a condição de miséria na qual vivia grande parte da população era resultado da injustiça na distribuição de terras. Isso fazia com que na região houvesse algumas poucas famílias abastadas, em geral latifundiárias; além de uma numericamente reduzida classe média e uma pobreza latente entre os trabalhadores com pouca instrução formal. Conforme o religioso, o que produzia essa situação de exploração e miséria era um “capitalismo selvagem”, pois num país tão rico “[...] deveria haver terra para que todos pudessem trabalhá-la” (Biennés, 1987, p. 269).

Uma forma de solucionar essa questão seria por meio da justa distribuição de terras. Sobre isso, de acordo com Paulo Gomes (2014, p. 74), para a Igreja do período, a reforma agrária deveria ocorrer de forma abrangente, já que a exacerbação dos conflitos rurais e a exploração dos camponeses colocariam em risco a fé dessas populações e, consequentemente, impediriam a prática pastoral. Entretanto, apesar de defender a reforma agrária, a Igreja nunca se propôs a encabeçar nenhuma iniciativa objetiva, sem o assentimento do Estado.

A má distribuição de terras estaria associada ainda, conforme a pesquisadora Juliana Rosa (2018, p. 231), ao desordenado processo de ocupação ocorrido em toda a Amazônia Legal durante a ditadura militar, fato que possibilitou um grande crescimento populacional para o estado de Mato Grosso. Dessas ocupações, promovidas por projetos privados ou pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), desenvolveram-se numerosos municípios.

O aumento populacional foi o primeiro fenômeno a ser sentido, cujos efeitos refletiram rapidamente na ampliação de violências e problemas sociais e econômicos. Desse modo, inúmeras levas de migrantes lotavam as terras do oeste mato-grossense, tendo como polo central a cidade de Cáceres, maior município da região. Sua organização administrativa, econômica, social, hospitalar e escolar foi logo perturbada e os conflitos pela posse da terra passaram também a se intensificar.

Inspirados em trabalhos pastorais e de orientação social dirigidos por outras dioceses do país, a partir de 1972, a convite de Dom Máximo, passaram a ocorrer intercâmbios de religiosos e profissionais ligados à Igreja de várias partes do Brasil, com o objetivo de oferecer formações e meios para a organização comunitária. No meio rural, nas glebas que se avolumavam ano a ano, lideranças da Diocese de Jales, em São Paulo; e religiosos como o padre gaúcho, José Aleixo, proporcionaram cursos para a organização dos lavradores e pequenos agricultores; principalmente migrantes, em Sindicatos de Trabalhadores Rurais (Biennés, 1987, p. 238; Silva; Nascimento, 2004, p. 203).

Nessa conjuntura, a Comunidade de Informações passou a monitorar com mais cautela essas mobilizações no campo, investigando posseiros, ocupações e as principais lideranças das comunidades que se desenvolviam na região de Cáceres.

Em meados de 1973, no município de Pontes e Lacerda, eclodiram os primeiros confrontos entre os trabalhadores e fazendeiros, resultando em feridos e na morte de oito pessoas, segundo informe da Divisão de Informações e Segurança da Aeronáutica (DIS/MA., 08 ago. 1973). No entanto, em uma *Igreja na Fronteira*, Dom Máximo (1987) informa que os conflitos pela posse da terra em Pontes e Lacerda, na fazenda Scatolin, são mais antigos, pois remontam a década de 1960. No momento do confronto violento em 1973, cerca de duzentas famílias de posseiros viviam na ocupação.

De acordo com o informe do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), os proprietários da fazenda pleiteavam o direito de uma grande área na região e para fazer frente à presença de dezenas de posseiros, contrataram os serviços de pistoleiros que em agosto de 1973 tentaram expulsar as famílias com o auxílio de armas de fogo (CISA/CG., 19 set. 1973).

Esse caso em específico, analisado à lume das documentações produzidas pelos órgãos de informação, denota algumas constatações desconcertantes. No relatório produzido pelo CISA, em setembro de 1973, foi revelado que o conflito entre os posseiros e os proprietários do latifúndio, incluindo questões de ordem jurídica, tivera início em meados dos anos 1960 – confirmando o registro de Dom Máximo – e, para além disso, o juiz de direito da Comarca de Cáceres foi ameaçado de morte pelos proprietários da fazenda, face à posição favorável aos posseiros; tendo sido necessária escolta policial ao magistrado, que após o ocorrido de 1973, determinou a prisão dos pistoleiros (CISA/CG., *op. cit.*).

A postura do CISA denota ainda a inação diante do conflito agrário que ceifou vidas de trabalhadores rurais. Diferentemente de outros relatórios produzidos pela Comunidade de Informações, nesse não há nenhuma sugestão de ação a ser tomada ou mesmo orientação para quais seriam os próximos procedimentos estatais, o que revela uma total apatia ao se tratar de questões referentes à população pobre frente às oligarquias, principais apoiadoras do regime militar.

Um das razões que ajudam a explicar essa condescendência com a violência no campo, e este caso em particular, era o temor de uma pretensa guerrilha rural aos moldes da que ocorria no mesmo período na região do Araguaia, como demonstra o relatório do Centro de Informações do Exército (CIE) de 1974, que afirmava haver uma “orientação centralizada” nos movimentos de invasão de terras no oeste de Mato Grosso, onde se formava “em pouco tempo uma força invasora de mais de cem famílias” (CIE/II Ex., 26 set. 1974). Segundo o CIE, a ocupação das terras de latifúndios envolvia uma grande quantidade de gente armada, cujos líderes exploravam o descontentamento contra o governo e seus órgãos. Difundido entre as outras instâncias da inteligência, o relatório de forma alarmada reiterou: “entre um invasor armado e um guerrilheiro rural pouca distância existe” (CIE/II Ex., *op. cit.*). Na visão dos centros de inteligência e repressão, a coação contra os posseiros exercida pelos próprios latifundiários, mesmo que de forma virulenta, era algo assertivo, pois ao mesmo tempo que reprimia as mobilizações e suas lideranças – por vezes ocasionando mortes –, livrava o governo de um envolvimento direto com a questão, o que poderia ser usado, ainda mais, para inflamar a opinião pública contra as autoridades.

No decorrer da década de 1980, outros conflitos, igualmente sangrentos, desencadearam-se nos municípios da Diocese de São Luiz de Cáceres, especialmente nas áreas das cidades de Pontes e Lacerda e Jauru. Nesse último, entre 1984 e 1985, jagunços e policiais, a mando de fazendeiros, entraram em confronto com o objetivo de expulsar da área mais de 600 posseiros. Conforme Dom Máximo Biennés (1987, p. 420), pistoleiros espancaram e assassinaram famílias, ateando fogo nos barracos com tudo o que havia dentro. Mães fugiam carregando suas crianças, e, amedrontadas, escondiam-se nas matas. Já em Pontes e Lacerda, segundo o bispo, desde a década de 1970 esse era um dos locais onde se registraram os mais violentos conflitos pela posse da terra no estado de Mato Grosso. A abertura da BR 364, ligando Cuiabá a Porto Velho, acelerou o processo de ocupação do município e foi travado, a partir daí, uma luta desigual por um pedaço de terra, incluindo até mesmo o extermínio e o deslocamento forçado de indígenas Nambikwara do Vale do Guaporé (Biennés, 1987, p. 419-426).

Em 1985, relatórios do SNI davam conta da dimensão dos conflitos. De acordo com a análise, Mato Grosso, possuindo grandes áreas rurais “ociosas”, continuava sendo um “chamariz à atuação dos denominados ‘grileiros’ e de grupos que somente têm a intenção de provocar a desordem no campo” (SNI, 15 ago. 1985). Nesse estado duas regiões se destacariam no tocante à violência: o Vale do Araguaia, na região leste; e o Vale do Guaporé, no oeste. Este último englobando os municípios de Cáceres, Pontes e Lacerda, Jauru, Vila Bela da Santíssima Trindade e adjacências.

Ainda conforme esses relatórios, os conflitos seriam originados na atuação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região; entidades de um modo geral “comandadas por elementos com ideais contestatórios e que incentivam invasões” (SNI, *op. cit.*). Em um dos seus textos, igualmente, se aponta o asfaltamento da rodovia Cuiabá – Porto Velho como fator de aumento das disputas, haja vista o elevado fluxo migratório e a valorização acentuada das terras. Apesar de importantes, esses sindicatos, de acordo com Dom Máximo (1987, p. 427-429), tinham uma atuação extremamente tímida, enfrentando dificuldades como o medo dos latifundiários e mesmo o descrédito dos trabalhadores rurais, o que reduzia o número de afiliados.

Além desses órgãos, a Igreja também teve sua relevância nesse processo, pois manifestou o seu apoio através de figuras como o próprio bispo, Dom Máximo. Nas suas palavras ela buscava dialogar com os vitimados, promover reuniões com as lideranças e atender as famílias desamparadas; deixando claro aos posseiros a consciência de que a sua solidariedade estava do lado deles (Biennés, 1987, 429). Outra forma de auxílio por parte dela foi por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), cujos trabalhos na Diocese de Cáceres se iniciaram no início da década de 1980; com isso denúncias foram feitas às instâncias judiciais e internacionais expondo atrocidades, exploração, violências e assassinatos sofridos pelos pequenos lavradores e posseiros das diferentes glebas da região.

Considerações finais

A atuação do franciscano francês Dom Máximo Biennés à frente da Diocese de Cáceres abrange mais de três décadas e meia, com marcas e fatos que continuam a perpassar a memória da Igreja, da cidade e da região oeste de Mato Grosso. Portanto, com o objetivo de ir além das análises e categorizações dos órgãos de inteligência da ditadura, para este trabalho, buscamos apreciar uma série de fontes e produções bibliográficas na tentativa de demonstrar as complexidades na relação entre a Igreja e o Estado refletida nas ações de um bispo de origem estrangeira no interior no país.

Assim sendo, não é simplista afirmar que inerente à atuação de Dom Máximo Biennés e outros bispos, havia a intenção de modernizar a Igreja, sobretudo como forma de ampliar e consolidar a esfera de influência do catolicismo. Além de enfatizar a defesa dos Direitos Humanos, do acesso à terra, das causas indígenas e sociais, e de criticar o capitalismo, essa instituição também exigia do Estado posturas morais e prerrogativas, como o ensino religioso nas escolas (*O Estado de Mato Grosso*, 13 jan. 1978).

Ainda assim, não é exagero enxergar na atuação de religiosos como Dom Máximo Biennés uma resistente contraposição às violências perpetradas pelo regime militar ao se observar uma dinâmica de aproximação da Igreja Católica com a sociedade e seus problemas, o que marcou profundamente o Brasil e a América Latina na segunda metade do século XX; tornando-se, em vários momentos, um incômodo para as ditaduras do continente.

As inúmeras páginas de Arquivos Cronológicos de Entrada (ACE) sobre o clero brasileiro demonstram que a Comunidade de Informações não realizava um acúmulo desordenado de papéis e informes, mas se constituía enquanto uma rede intertextual, que sob análise, nos oferece um panorama da visão dos analistas da inteligência e do próprio regime autoritário, como também nos dá a dimensão dos posicionamentos entendidos como potencialmente subversivos.

Nesse contexto, se verifica que o bispo da Diocese de Cáceres, Dom Máximo Biennés, assim como outros religiosos, estruturou sua oposição aos autoritarismos priorizando a defesa dos menos favorecidos como os povos originários, os trabalhadores rurais e os migrantes. Isso era possível porque sua circunscrição se encontrava numa região com forte atividade econômica agropecuária e extrativista, e, localizada na fronteira brasileira com a República da Bolívia, onde vivenciava graves problemas sociais.

Diante disso, a criação do Centro Diocesano de Direitos Humanos, em 1987, refletiu o engajamento de Dom Máximo com o acolhimento de queixas, na orientação de ações e no auxílio do processo de redemocratização, no qual as organizações e a sociedade mobilizavam-se com os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988).

Esse movimento da Igreja atraiu a atenção de várias autoridades do regime em crepúsculo. Prova disso, é que nesse período, apesar de menor e recôndito, os órgãos de inteligência continuavam a se atentar para as mobilizações dos religiosos e da CNBB, pois a instituição eclesial demonstrava, enfaticamente, sua defesa em prol de discussões e mudanças estruturais no país.

Em fevereiro de 1988 agentes monitoraram, com atenção, a presença em Cáceres, de Adolfo Pérez Esquivel, argentino e Nobel da Paz. Conforme o texto confidencial da inteligência, este estava no referido município para apurar denúncias de violações de Direitos Humanos, como os conflitos agrários e a prática de trabalho análogo a escravidão em fazendas da região (SNI, 05 abr. 1988); fato apontado em registros de Dom Máximo e reiterado em denúncias do Centro Diocesano.¹⁰ Logo em seguida, do ano de 1990, temos acesso ao que

¹⁰ O avolumamento de denúncias às instâncias jurídicas e políticas, e a consequente repercussão na imprensa, levaram, em junho de 1991, à instauração na Assembleia Legislativa de uma Comissão Parlamentar de Inquérito

parecem ser os últimos relatórios de análise e classificação do episcopado brasileiro do período. Em “Atividades e atuação da Igreja Católica no Brasil” e “Tendência do episcopado da Igreja Católica Apostólica Romana” datados de agosto e setembro de 1990, respectivamente, Dom Máximo, em ambos, é categorizado como “progressista moderado” (DI/SAE., 24 ago. 1990; DIE/SAE., 20 set. 1990). Porém, sem evidenciar nenhum dos critérios utilizados para a rotulação, os dois textos do Departamento de Inteligência (DI) – órgão substituto ao SNI –, reforçam apenas o que seria o caráter positivo das medidas “conservadoras” do pontificado de João Paulo II, que, junto ao prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, cardeal Ratzinger – futuro papa Bento XVI –, estaria combatendo a ala progressista do clero, limitando a autonomia de organizações episcopais como a CNBB e focando em questões espirituais e não temporais.

Como já salientado, diferentemente de outros Arquivos Cronológicos de Entrada (ACE), esses documentos datados do final dos anos 1980 e início da década de 1990 não apresentam maiores dados, expondo apenas, de forma sucinta, informações julgadas úteis ao governo, àquela altura, civil. Isso se deve ao processo de transição que o país passava desde fins de 1970, e que ganhara maiores contornos em 1985; além do *lobby* empreendido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) contra a sua desativação (Pedretti; Domenici, 2024).

Com a extinção oficial do SNI, em março de 1990, sua substituição pelo Departamento de Inteligência da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência (DI/SAE) e o avanço das novas diretrizes constitucionais democráticas, encerrava-se o ciclo da Comunidade de Informações, braço essencial da repressão ditatorial/estatal. Paralelamente, Dom Máximo Biennés, aproximando-se dos 70 anos preparava-se para deixar as funções episcopais legando uma trajetória de resistência e compromisso social, bem como lutas e avanços para a região oeste de Mato Grosso.

sobre o Trabalho Escravo em Mato Grosso. A CPI contou com a participação direta do Centro de Direitos Humanos da Diocese de Cáceres e da Comissão Pastoral da Terra. Os trabalhos da comissão resultaram no pagamento de indenizações aos trabalhadores e na elaboração de propostas legislativas ao Congresso Nacional. (Cf.: Vieira, 2018, p. 538-548).

Fontes

Documentos

BIENNÉS, D. Máximo et al. **Y-Juca-Pirama – O índio: aquele que deve morrer**. Goiânia, GO, 25 dez. 1973. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Cimi-40-anos_manifesto-contra-decretos-extermínio.pdf. Acesso em: 5 jan. 2025.

CIE/II EXÉRCITO. Guerrilha Rural. Inf. n° 1446/CIE, set. 1974. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/74075972/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74075972_d0001de0001.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

CISA/CG. Glebas do município de Cáceres-MT. Inf. n° 053/BASAER.C.G, set. 1973. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_vaz/0/0/11419/br_dfanbsb_vaz_0_0_11419_d0001de0001.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

DI/SAE. Atividades e atuação da Igreja Católica no Brasil. Inf. n° 004678, ago. 1990. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/90074504/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_90074504_d0001de0001.pdf. Acesso em: 20 fev. 2025.

DI/SAE. Tendência do episcopado da Igreja Católica Apostólica Romana. Inf. n° 005339, set. 1990. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/90074608/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_90074608_d0001de0001.pdf. Acesso em: 11 mar. 2025.

DIS/MA. Lutas entre posseiros e proprietários. Inf. n° 095/DIS4, ago. 1973. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_vaz/0/0/16500/br_dfanbsb_vaz_0_0_16500_d0001de0001.pdf. Acesso em: 20 fev. 2025.

DSI/MJ. Fatores que influem na formação da moral social e da opinião pública brasileira. Inf. n° 405/74/DSI/MJ, set. 1974. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/74075863/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74075863_d0001de0001.pdf. Acesso em: 21 fev. 2025.

DSI/MJ. Manifesto católico sobre o problema do índio brasileiro. Inf. n° 174/74/P/DSI/MJ, maio 1974. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/74101259/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74101259_d0001de0001.pdf. Acesso em: 21 fev. 2025.

II EXÉRCITO. 9ª Região Militar. Ofício nº 97 (anexo), jun. 1964. Disponível em: Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI).
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/eee/81007678/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_81007678_d0001de0001.pdf. Acesso em: 21 fev. 2025.

II EXÉRCITO. Relatório periódico de informações nº 04/74. São Paulo, maio 1974. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em:
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/eee/80004125/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_80004125_d0001de0001.pdf. Acesso em: 21 fev. 2025.

SNI/AC. Problema de terras, invasão e/ou acampamento. ACE nº 5612/1985, ago. 1985. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em:
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/mmm/85005612/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_mmm_85005612_d0001de0001.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

SNI/AC. Anexos. Memorando nº 514. ACE nº 39935/71, mar. 1971. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em:
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/71039935/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71039935_d0001de0001.pdf. Acesso em: 22 fev. 2025.

SNI/AC. Subversão praticada por membros da Igreja Católica. Inf. nº 0307/19/AC/74, set. 1974. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em:
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/eee/80003560/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_80003560_d0001de0006.pdf. Acesso em: 22 fev. 2025.

SNI/ACG. Correntes e linhas do clero. Inf. nº 010/73/ACG/SNI, jan. 1973. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em:
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/mmm/81002026/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_mmm_81002026_d0001de0001.pdf. Acesso em: 22 fev. 2025.

SNI/ACG. Padres estrangeiros residentes em Mato Grosso. Encaminhamento nº 077/1971/ACG/SNI, set. 1971. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em:
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/71039935/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71039935_d0001de0001.pdf. Acesso em: 23 fev. 2025.

SNI/ARJ. Acontecimentos em São Félix: D. Casaldáliga e P. Jentel. Inf. nº 13260/73 (com anexos), ago. 1973. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em:
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/73062570/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_73062570_d0001de0001.pdf. Acesso em: 23 fev. 2025.

Jornais

BISPOS pedem ao governador ensino religioso nas escolas. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, ano XXXIX, n. 7.846, 13 jan. 1978, p. 10. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098086&Pasta=ano%20197&Pesq=%22biennes%22&pagfis=30258>. Acesso em: 1 abr. 2025.

Legislações

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 abr. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968**. Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea *b*, da Constituição, os municípios que especifica e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5449.htm. Acesso em: 5 abr. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 5 abr. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 5 abr. 2025.

Referências

BIENNÉS, Dom Máximo. **Uma Igreja na fronteira**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

BIENNÉS, Dom Máximo. **Missão franciscana na fronteira**. São Paulo: Paulus, 1994.

BIENNÉS, Dom Máximo. **Nas pegadas de São Francisco e Hora de angústia entre os índios**. São Paulo: T.O.R., 2001.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. **Serviço Nacional de Informações: uma abordagem histórica**. Curitiba: Appris, 2023.

COSTA, Antônio. Conheça a trajetória de vida do ex-prefeito Walter Fidelis. **ZakiNews**, 14 abr. 2021. Disponível em: <https://zakinews.com.br/conheca-a-trajetoria-de-vida-do-ex-prefeito-walter-fidelis/>. Acesso em: 22 mar. 2025.

COSTA, Antônio. União Operária Cacerense, o clube dos trabalhadores marcou quatro décadas em Cáceres. **ZakiNews**, 28 mar. 2022. Disponível em: <https://zakinews.com.br/uniao-operaria-cacerense-o-clube-dos-trabalhadores-marcou-quatro-decadas-em-caceres/>. Acesso em: 22 mar. 2025.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FIDELIS, Nestor. **Mari Fidelis fala sobre a revolução (golpe) militar de 1964, em Cáceres/MT**. YouTube, 7 abr. 2019. 1 vídeo (16 min 13 s). Disponível em: https://youtu.be/mObzt-AeU_4?si=dXc2FSHfbMmrYi42. Acesso em: 22 mar. 2025.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GONÇALVES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biografias e autobiografias como fontes de informação e memória. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 82-103, 2021. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v12i1p82-103. Disponível em: <https://revistas.usp.br/incid/article/view/178542>. Acesso em: 30 mar. 2025.

GONÇALVES, Marlene; SÁ, Nicanor P.; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira L. **Lembranças de professores e alunos mato-grossenses (1920-1950)**. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

MENDES, Natalino Ferreira. **História de Cáceres: origem, evolução, presença da força armada**. Cáceres: Editora UNEMAT, 2010.

PEDRETTI, Lucas; DOMENICI, Thiago. Os registros inéditos do SNI que espionou mais de 300 mil brasileiros na ditadura: antecessor da Abin, entenda como o Serviço Nacional de Informações buscou manter ilegalidades ao fim do regime de exceção. **Agência Pública**, 24 mar. 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/03/os-registros-ineditos-do-sni-que-espionou-mais-de-300-mil-brasileiros-na-ditadura/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

ROSA, Juliana Cristina da. Colonização recente no Mato Grosso entre 1964-1984: antigas terras e territórios transformados em novos espaços. In: RODRIGUES, Cândido; JOANONI NETO, Vitale (org.). **Nova História do Mato Grosso Contemporâneo**. Cuiabá: EdUFMT, 2018. p. 231-258.

SILVA, Marta Maria; NASCIMENTO, Eliane Soares. **Dom Máximo Biennés, bispo missionário**. São Paulo: T.O.R./Margraf, 2004.

VIEIRA, Marciano Max Rodrigues. Trabalho escravo contemporâneo em Mato Grosso: denúncias e estratégias de combate. *In*: RODRIGUES, Cândido; JOANONI NETO, Vitale (org.). **Nova História do Mato Grosso Contemporâneo**. Cuiabá: EdUFMT, 2018. p. 523-550.

WESTIN, Ricardo. Ditadura criou Estatuto do Índio para afastar acusações de genocídio. **Arquivo S**, Senado Federal, 1 dez. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ditadura-criou-estatuto-do-indio-para-afastar-acusacoes-de-genocidio>. Acesso em: 20 fev. 2025.

ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. 1998. 179 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.